



10^o

Congresso

d@s Estudantes da USP



São Paulo | de 27 a 30 de maio de 2010

DCE Livre USP
ALEXANDRE VANNUCCHI LEME

Juntos, lutar pela educação que precisamos,
conquistar nossos direitos e construir
a universidade que queremos!

caderno de resoluções



Índice

NESTE CADERNO DE RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÕES - EIXO 1: CONJUNTURA E EDUCAÇÃO .. **pág. 02**

RESOLUÇÕES - EIXO 2: PROJETO DE UNIVERSIDADE .. **pág. 05**

RESOLUÇÕES - EIXO 3: MOVIMENTO ESTUDANTIL .. **pág. 11**

RESOLUÇÕES E ACÚMULOS: TEMAS TRANSVERSAIS .. **pág. 16**

MOÇÕES .. **pág. 20**

Resoluções - EIXO 1:

“CONJUNTURA E EDUCAÇÃO”

Conjuntura Internacional

CRISE ECONÔMICA

Considerando:

A partir de meados da década de 1970, o mundo iniciou um período de estagnação econômica, marcado inicialmente pela crise de petróleo de 1973. A superação deste momento se deu por meio de uma profunda reestruturação produtiva. O modelo produtivo conhecido como toyotismo emerge deste período de estagnação, substituindo o modelo fordista de produção.

A produção flexível (toyotismo) transforma a condição de trabalho nos diversos ramos da produção e também dá destaque ao setor de serviços. O trabalhador necessário para este novo modelo, produção flexível, também é um trabalhador flexível. A exigência do mercado é de um trabalhador apto a desenvolver diversas funções, e não mais apenas uma única e repetitiva função, característica do modelo fordista. Junto a esse processo, podemos identificar um intenso processo de terceirizações, retirada de direitos e todas as suas conseqüências de internacionalização das cadeias produtivas.

A partir da década de 1980, em consonância com o período de estagnação econômica, o mundo observou grandes reformulações das políticas de Estado, sintetizadas no Consenso de Washington. Os organismos internacionais propuseram a implementação de uma política de Estado baseada na realocação de investimentos públicos dos setores sociais para os setores produtivos e na possibilidade de criação de novos nichos de mercado a partir da ausência estatal, como na educação, por exemplo.

A crise econômica atual, responsável pelo aumento do desemprego, congelamento dos salários, corte de gastos públicos em áreas sociais, demonstra o esgotamento do sistema capitalista. Sua incapacidade de garantir vida digna a todos os seres humanos e a sustentabilidade em relação aos recursos naturais do planeta, coloca a necessidade de atuação dos setores explorados e oprimidos da sociedade, no sentido de superá-lo.

Esta crise, que apareceu na mídia em 2008, com o estouro da “bolha imobiliária” nos EUA, se revela com mais força este ano na Europa, com conseqüências sociais mais graves nos países economicamente mais frágeis da UE, como Portugal, Espanha e Grécia. No caso grego, o congelamento dos salários do funcionalismo público, o aumento do tempo para a aposentadoria e dos impostos gerou grandes processos de resistência e mobilizações da classe trabalhadora e da juventude. Também os países centrais da Europa são afetados pela crise e isso não acontece sem resistência dos trabalhadores, a exemplo da França onde os trabalhadores aprovaram recentemente a Greve Geral.

Resolvemos:

- 1. Os trabalhadores e a juventude não podem pagar pela crise; que os ricos paguem por ela.**
- 2. Só a luta dos explorados e oprimidos pode evitar os ataques aos direitos sociais e à qualidade de vida da população e apresentar uma efetiva saída para a crise. Apoio à mobilização na Europa, especialmente na Grécia e na França.**
- 3. Defendemos, como solução para a crise econômica, um novo sistema econômico, pautado nas necessidades da maioria da população e não sob a lógica do lucro.**

IMPERIALISMO E CONJUNTURA LATINO-AMERICANA

Considerando:

A principal expressão desse modelo de sociedade se dá através do imperialismo, hoje protagonizado, principalmente, pelos EUA. Tal modelo atenta contra a soberania dos povos, por meios militares, econômicos e/ou culturais. Principais exemplos dessa ação imperialista são ocupações militares no Oriente Médio (Afeganistão e Iraque), a legitimação do atual governo golpista de Honduras, as recorrentes intervenções nas políticas internas dos países latino americanos, as diversas bases militares estadunidenses pelo mundo, entre outros.

Chama atenção a atual situação no Haiti, país que há mais de cinco anos está ocupado por tropas da Onu, MINUSTAH, lideradas pelas tropas brasileiras. Sob o argumento da paz, a ocupação, na verdade, cumpre o papel

de reprimir a organização e as manifestações populares com o intuito de garantir a reconstrução do país sob o jugo do imperialismo e do grande capital internacional.

Mais recentemente, vimos o golpe civil militar em Honduras, derrubando o governo democraticamente eleito de Manuel Zelaya, com o apoio velado do imperialismo. O atual governo de Porfirio Lobo, apoiado pelas forças golpistas, foi legitimado apesar das resistências da população hondurenha.

Resolvemos:

- 4. Contra o imperialismo. Pela autodeterminação dos povos;**
- 5. Repúdio às intervenções militares dos EUA na América Latina e no Oriente Médio;**
- 6. Em defesa da resistência do povo hondurenho. Rechaço ao golpe e ao governo ilegitimamente eleito de Porfirio Lobo;**
- 7. Fora as tropas brasileiras, e da ONU, do Haiti. Por uma verdadeira ajuda humanitária ao povo haitiano.**
- 8. Reconstrução do Haiti com base nas necessidades do povo haitiano.**
- 9. Solidariedade às lutas do povo latino-americanos contra os ataques do imperialismo (em especial na Bolívia, na Venezuela e no Equador).**

Conjuntura Nacional e Educação

Considerando:

Durante os anos de governo Lula, consolidou-se a inserção dependente do Brasil à economia mundial. A resposta à crise econômica mundial foi a aplicação de uma política neoliberal, com tonalidades de intervenção estatal, que transfere recursos públicos aos bancos, multinacionais e grandes empresas acompanhada de milhares de demissões.

Em dificuldades para manter as taxas de lucro, os setores empresariais e o governo têm apostado em uma fórmula que privilegia a especulação financeira, imobiliária e a renda da terra. Dessa forma, para privilegiar os interesses das grandes empreiteiras, o governo tem estimulado obras de caráter social duvidoso, a exemplo do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A construção da hidrelétrica de Belo Monte é a representação de uma política que entrega os recursos naturais para interesses privados e vira as costas para as populações locais e ao meio-ambiente.

Ao mesmo tempo, a dívida pública entrega os recursos públicos ao sistema financeiro. Do orçamento federal, 36% são destinados ao pagamento dos juros e amortizações da dívida e menos de 3% são destinados à Educação. Se levarmos em conta a rolagem, quase metade do orçamento anual da União são destinados ao pagamento dessa dívida imoral, ilegal e ilegítima.

Resolvemos:

- 10. O povo brasileiro e a juventude não devem pagar pela crise; pela garantia dos empregos e dos direitos;**
- 11. Não às privatizações e às Parcerias Público-Privadas (PPPs);**
- 12. Todo apoio ao Projeto de Lei 531, escrito pela FUP, FNP, CUT, MST e outros movimentos sociais, que retoma o monopólio estatal do petróleo em 100% com a Petrobras e acaba com os leilões das áreas petrolíferas, resgatando a soberania nacional.**
- 13. Pela discussão da Reforma Tributária.**

LEI DA ANISTIA

Considerando:

O Estado brasileiro será julgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA pelos crimes da ditadura militar de 1964-1985. A Lei de Anistia, recentemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), absolve criminosos contra a humanidade e não permite a realização de justiça e o acesso à Verdade. Ao mesmo tempo, o governo Lula concede politicamente a setores conservadores e não leva adiante um Programa de Direitos Humanos conseqüente.

Resolvemos:

- 14. Pela integralidade, sem concessões, do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH III).**

MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICAL E POPULAR

Considerando:

Os movimentos sociais enfrentam um processo de criminalização. Setores em luta por direitos têm sido perseguidos e suas ações consideradas crimes. Ao mesmo tempo, as transformações necessárias não ocorrem em nosso país. A Reforma Agrária, por exemplo, não avança e o Governo Lula coloca-se ao lado dos interesses do agronegócio, contra os trabalhadores.

Resolvemos:

- 15. O movimento estudantil é contra a criminalização dos movimentos sociais;**
- 16. Pela realização da reforma agrária, em defesa do pequeno produtor, contra o latifúndio, para assegurar a soberania alimentar e a democratização da terra.**
- 17. Pelo cumprimento do plano de Reforma Agrária abandonado pelo Governo Lula.**
- 18. Contra o processo de demissões implementado durante o período de crise econômica. Em defesa dos trabalhadores em seus movimentos reivindicatórios.**
- 19. Abaixo à terceirização. Pela efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados sem concurso público. Que o DCE-Livre da USP organize uma campanha em relação a isso.**

DÍVIDA PÚBLICA

- 20. Pela suspensão dos pagamentos da dívida pública brasileira, e a realização de sua auditoria, como prevê a Constituição Federal, para disponibilizar recursos para garantia, por parte do Estado, dos direitos sociais básicos, em especial educação.**

MEIO AMBIENTE

- 21. Contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a ser construída no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará, e seus conseqüentes impactos ambientais e sociais. Pelo investimento estatal para a criação de tecnologias nacionais de geração de energias renováveis e “limpas”.**
- 22. Contra as alterações propostas para o Código Florestal brasileiro. Que se divulgue esta posição para todos os estudantes e em todos os meios de comunicação possíveis.**

POLÍTICA EDUCACIONAL

- 23. Em defesa de um ensino público, gratuito, de qualidade, laico e presencial, de conteúdo crítico e emancipador, para todos e todas, a serviço dos trabalhadores.**
- 24. Por uma formação de professores de boa qualidade e pela garantia de suas condições de trabalho.**
- 25. Contra as novas políticas estaduais de avaliação de professores de caráter competitivo e punitivo. Solidariedade à luta dos professores da rede pública estadual contra essas políticas.**
- 26. Incentivo a pesquisa e desenvolvimento realizada pelo Estado, não aquela que só visa os interesses de mercado.**
- 27. Contra a expansão de vagas irresponsável, que ocorre sem aumento de recursos correspondentes.**
- 28. Contra a transferência de verbas do setor público para o setor privado, como ocorre em parte da Reforma Universitária.**
- 29. Abertura de novas vagas em universidades públicas, vinculadas a um projeto fixo e proporcional de permanência estudantil.**

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

- 30. Educação é um direito e deve ser tratada como prioridade. Por mais verbas para a educação.**
- 31. Por 10% do PIB nacional para a Educação, de acordo com o Plano Nacional de Educação.***
- 32. Por 10% do PIB estadual para a Educação, de acordo com o Plano Estadual de Educação.***

** De acordo com a “Proposta da Sociedade Brasileira” e a “Proposta da Sociedade Paulista”, respectivamente.*

Resoluções - EIXO 2:

“PROJETO DE UNIVERSIDADE”

A universidade pública restrita a poucos é um projeto da elite, que produz fundamentação teórica e agentes (políticos e técnicos) qualificados a serviço da classe dominante do país. A divisão entre trabalho intelectual e manual e o controle ideológico daqueles que têm acesso a produção de saber e cultura são peças desta estratégia. A luta pela transformação da universidade inclui a contestação de sua estrutura elitista e superação das injustiças sociais, pela construção de uma sociedade igualitária.

Concebemos a universidade pública como uma instância em que se dá, de forma integrada, a capacitação ao trabalho e a reflexão crítica sobre a sociedade, a produção de conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Para cumprir sua função social, a Universidade deve ser autônoma em relação ao Estado, a Governos e ao mercado, pautando-se pela liberdade de pensamento e informação, sem qualquer forma de censura ou discriminação. É indispensável que seja democrática e transparente em seu modo de funcionamento, suas deliberações e no seu acesso. Sendo a Educação um direito, é necessário que seja gratuita, e que sua manutenção e ampliação sejam responsabilidades do Estado.

Uma característica marcante das políticas educacionais do governo Lula é a expansão das vagas das universidades. Com programas como PROUNI, REUNI e Universidade Aberta do Brasil (EaD), muitos jovens que viam o ensino superior como utopia, nele ingressaram. Mas essa expansão possui uma essência perversa: a idéia de que a universidade do jovem pobre pode ser rebaixada em qualidade e de que as grandes empresas de ensino são promotoras da democratização da universidade.

Em São Paulo, ano a ano o Governo estadual aprofunda seu projeto de privatização e sucateamento das universidades públicas. Felizmente, o movimento social formado por estudantes, funcionários e professores tem resistido a algumas destas propostas. Em 2004, a ALESP quis instaurar cobrança de mensalidades, e a resistência do movimento o impediu. Em 2007, o governo capturou a autonomia universitária e o movimento social recuperou por meio da ocupação da reitoria. Em 2009, se mobilizaram contra a entrada da polícia militar no campus e contra a implementação da UNIVESP. São exemplos, que expressam as nossas possibilidades reais de defesa da USP que queremos: muito mais pública. Neste sentido, muitos desafios se colocam.

CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE

- 1. Por uma universidade pública, gratuita, laica, democrática, crítica e de qualidade, para todas e todos, vinculada às demandas da sociedade.**
- 2. Contra mercantilização e a lógica produtivista e empresarial na educação.**
- 3. Contra a privatização da universidade pública.**
- 4. Por uma universidade a serviço dos trabalhadores.**
- 5. Defesa da autonomia didática, científica, pedagógica e administrativa da USP.**
- 6. Lutar por mais verbas públicas para a educação e criação de mecanismos de controle social destes investimentos.**
- 7. Discutir a fragmentação entre as unidades e campi da universidade, visando um acúmulo sobre a questão da interdisciplinaridade, pois o contato entre as diversas unidades e áreas de conhecimento é fundamental para que se garanta uma universidade mais coesa.**

TRIPÉ - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- 8. Pela isonomia e indissociabilidade do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.**
- 9. Pela extensão entendida como instrumento de troca dialógica e horizontal com a sociedade, com o objetivo de transformação crítica e emancipação tanto da sociedade como da universidade.**
- 10. Por cursos de extensão públicos voltados para a qualificação de professores da rede pública de ensino, com acréscimo de mais verbas e vagas.**
- 11. Maior apoio aos projetos de extensão de estudantes.**
- 12. Com base na concepção de universidade que queremos, criar um fórum de discussão com participação dos projetos e entidades representativas (CA's e DCE) sobre qual extensão queremos, de forma a**

aprofundar as questões mais específicas a ela e para propor mudanças no regimento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

13. Pela extensão, dentro da indissociabilidade do tripé, como instrumento imprescindível para referenciar o conhecimento produzido na universidade nas reais demandas do povo brasileiro.
14. Por projetos de extensão que signifiquem de fato uma democratização do que é produzido na universidade. Cursos pagos, prestação de serviços ao setor privado, empresas Junior não são extensão.
15. Garantia de créditos-aula e apoio a projetos de extensão popular, como o SAJU, através de políticas de incentivo e financiamento.
16. Divulgação dos projetos de extensão através dos diversos veículos midiáticos da USP.
17. Encontros entre estudantes interessados em extensão. Valorização e ampliação do fórum de extensão organizado pelos estudantes.
18. Contra a ampliação de vagas sem investimento e política pedagógica adequada, inspirada no modelo do Reuni, em todos os campi.
19. Semana ou data a cada semestre reservada na universidade para a discussão e avaliação do ensino, da pesquisa e da extensão.
20. Criação de disciplinas de caráter formativo e interdisciplinar, a serem ministradas a todos os estudantes da USP, com turmas mistas (alunos de várias unidades).
21. Nas ciências agrárias, lançar projetos que fortaleçam os movimentos camponeses, de combate ao latifúndio.
22. No âmbito das arquiteturas, articular projetos de reforma urbana com os movimentos de moradia.
23. Articular um projeto de combate ao analfabetismo com os cursos de educação.
24. Pela melhoria do processo de contratação de professores.
25. Por uma política de avaliação institucional regular dos cursos e das unidades, não ranquiatória, não punitiva, levada a cabo pelas próprias unidades, e que não se baseie em critérios quantitativos e produtivistas. Que esta avaliação seja feita através de debates democráticos nas próprias unidades com a participação de professores, funcionários e alunos, visando identificar os problemas e orientar sua superação.
26. Combate à lógica de competitividade estimulada pela Reitoria da USP, referente à produção cultural e acadêmica, nas unidades e departamento (exemplos: premiação de “melhores alunos” e ranqueamentos).
27. Contra a participação da USP no ENADE.
28. Pela valorização do ensino na carreira docente.
29. Pelo debate mais amplo e democrático sobre as disciplinas necessárias para a formação profissional crítica e que muitas vezes não estão presentes na grade curricular.
30. Distribuição mais democrática das verbas para a pesquisa, com uma maior participação da comunidade acadêmica (estudantes, professores e funcionários) nos conselhos das agências de fomento (FAPESP, CNPQ e CAPES) e com a garantia de recursos próprios das universidades para o fomento da pesquisa, como forma de garantir a autonomia universitária sobre suas linhas de pesquisa.
31. Debate sobre a limitação de matérias cursadas como optativas livres. Pela ampliação do oferecimento destas segundo uma lógica de diálogo interdisciplinar que atenda a demanda de formação mais completa em áreas relacionadas.

ENSINO A DISTÂNCIA E UNIVESP

32. O ME da USP é contrário à formação inicial na graduação e pós-graduação, inclusive em licenciaturas, através do ensino a distância.
33. Revogação da UNIVESP e transferência de suas vagas para o ensino presencial, com aumento da infraestrutura necessária, incluindo políticas de permanência.
34. Que o movimento estudantil acompanhe a comissão da UNIVESP atrelada ao Conselho de Graduação (CoG), para obter informações sobre a implementação do programa.

35. Dada a existência da infra-estrutura que comporta a UNIVESP, financiada com recursos públicos, que se estude outras possíveis finalidades para ela, como por exemplo: inclusão digital de professores; produção de programas educativos e informativos, produzidos pelos próprios alunos e professores, voltados tanto para o público infantil como para o adulto; dentre outras.
36. Construir um Grupo de Trabalho permanente sobre ensino a distância e UNIVESP via CCA.

ESTRUTURA DE PODER

37. Composição tripartite e paritária nos órgãos colegiados, comissões e demais instâncias decisórias da universidade.
38. Eleições diretas e paritárias para cargos diretivos (reitor, diretor de unidade, chefe de departamento).
39. Fim da lista tripartite para diretores e reitor.
40. Que a única condição para a candidatura a cargos de poder seja a dedicação integral. Pelo fim da vinculação do mérito acadêmico com a eleição dos cargos eletivos. Fim de todos os privilégios políticos dos professores titulares.
41. Por um conselho social (movimentos sociais) na estrutura de poder deliberativa da universidade.
42. Transparência nos Conselhos Centrais da universidade: que suas sessões sejam abertas a participação de toda a comunidade e transmitidas em tempo real. Que suas pautas e atas sejam disponibilizadas integralmente na internet com livre acesso.
43. Estatuinte livre, democrática e soberana, composta respeitando o critério de paridade entre as categorias, para a reforma do Estatuto da USP.
44. Exigir do reitor que consulte a comunidade universitária, através de plebiscitos, sobre as principais deliberações da universidade.
45. Pelo fim do uso político que a reitoria faz dos e-mails institucionais. Que as entidades representativas dos estudantes e trabalhadores da universidade tenham acesso aos emails institucionais daqueles que representam.

ACESSO À UNIVERSIDADE

46. Garantia, por meio de verbas exclusivamente públicas, do acesso e da permanência na universidade a todos os interessados, tendo como prioridade a superação dos impeditivos econômicos aos estudantes.
47. Pelo fim do vestibular.
48. O ME deve atuar lado a lado com os cursinhos populares, movimentos sociais comprometidos com a educação pública e emancipadora e toda a população na luta pela democratização do acesso na universidade.
49. Acesso democrático à universidade pública e defesa de políticas efetivas de acesso, em alternativa aos mecanismos ineficazes como o Inclusp, que não vem conseguindo cumprir suas próprias metas.
50. Bonificação para professores da rede pública.
51. Mais vagas em cursos noturnos.
52. Mais verbas e vagas para cursos de extensão voltados à qualificação de professores da rede pública. Mais vagas na licenciatura presencial.
53. Utilização de modalidades de ensino à distância apenas para pessoas sem a possibilidade de freqüentar a universidade, como presidiários, militares em missões, e não para os objetivos atuais.
54. Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência nas universidades.
55. Trazer o Movimento Negro para discutir políticas afirmativas com o Movimento Estudantil.
56. Por uma discussão sobre as provas específicas no vestibular, presentes em alguns cursos.
56. Pela realização de um fórum ampliado sobre o acesso e permanência estudantil. Que este fórum seja organizado por uma comissão aberta (a voz e voto) a todos os estudantes interessados, convocada amplamente e divulgada pelo DCE.
57. Pela reserva de 50% das vagas do vestibular para estudantes oriundos de escolas públicas, sob o critério sócio-econômico. Dentre estas vagas, reserva de um número correspondente à proporção da população

de negros e indígenas no estado de São Paulo a estudantes com estas origens étnico-raciais, de acordo com os dados do IBGE (de acordo com o último censo, 30,5% e 0,3%, respectivamente). A cada vestibular, as proporções seriam atualizadas segundo as estatísticas mais recentes.

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

59. Ampliação das políticas de permanência em todos os campi, incluindo construção de moradias, reforma das já existentes, transporte gratuito, incluindo circular interno e ônibus intercampi, bandeirão e bolsas de estudos.
60. Pela criação de uma pró-reitoria de acesso e permanência com dotação orçamentária própria, vinculada ao orçamento da USP, gerida por um conselho paritário como forma de garantir uma política institucional de permanência estudantil democrática e isonômica entre os diversos campi.
61. Pela criação de comissões democráticas, com participação direta dos interessados, para levantar a demanda real por permanência estudantil na USP, para que ela seja atendida na sua totalidade.
62. Ampliação da moradia estudantil no lugar da bolsa moradia. É um investimento de longa duração que assegura o direito à permanência no futuro contra o valor com função imediatista, muitas vezes insuficiente para o aluguel. Transparência na seleção de vagas nas moradias estudantis.
63. Autonomia na gestão das moradias e democracia na gestão dos espaços e processo seletivo.
64. Apoio ao processo de auto-gestão no alojamento da USP São Carlos; pelo fim da intervenção e do processo seletivo paralelo da COSEAS.
65. Pelo fim do controle político, moral e pessoal nas moradias, a partir da vigilância promovida pela COSEAS.
66. Saída da COSEAS dos prédios pertencentes ao CRUSP.
67. Fim dos estágios precarizados, que utilizam os (as) estudantes como mão-de-obra barata para substituir tarefas de funcionários e substituição destes estágios por bolsas para atividades acadêmicas (bolsas de estudo).
68. Que os critérios de concessão de bolsas sejam sócio-econômicos, não meritocráticos, que seu valor seja vinculado ao salário mínimo, e que estas não tenham como contrapartida o trabalho para a universidade.
69. Retirar o critério sócio-econômico da bolsa de Aprender com Cultura e Extensão e Ensinar com Pesquisa; que a bolsa do programa tenha o valor de um salário mínimo.
70. Gratuidade de todo o material didático necessário. Disponibilização dos textos exigidos nas bibliotecas e pela internet.
71. O campus Butantã na USP está localizado numa região da cidade de difícil acesso fazendo com que a comunidade universitária – assim como todos os moradores da cidade – sofram cotidianamente com o transporte público. No final deste ano será inaugurada uma nova estação de metrô que, por imposição da reitoria, será fora dos muros da universidade. Isso demonstra a segregação como uma política consciente das gestões que gerem a Universidade, impedindo que a população da cidade tivesse acesso direto à universidade. Para reverter esse problema é necessário que a reitoria garanta um circular que permita transporte gratuito entre a cidade universitária e a nova estação do metrô.
72. Direito à licença-maternidade para as alunas e alunos com bolsas; extensão dos horários e prazo para entregas de trabalhos e provas.
73. Refeição para filhos em idade escolar de membros da comunidade universitária (trabalhadores da universidade, trabalhadores da universidade terceirizados, estudantes de cursinhos populares dentro da universidade e professores) no bandeirão, com o aumento do quadro de funcionários para tal.
74. Luta pela garantia da saúde e repasse de verbas proporcional às demandas e valorização do SUS.
75. Que os estudantes da Escola de Artes Dramáticas sejam reconhecidos como estudantes da USP com todos os direitos de permanência como todos os estudantes da USP.
76. Pelo fim dos novos critérios de jubramento e que o ME acumule debate sobre o tema, apresentando novos critérios.

FINANCIAMENTO

77. O financiamento das universidades públicas deve ser exclusivamente garantido com verbas públicas, pois a entrada de capital privado nas universidades fere sua autonomia.
78. Transparência na gestão dos recursos da universidade para evitar excessos e combater o mau uso do dinheiro público, focalizando a sua função social. A favor de uma distribuição de recursos dentro da USP desvinculada dos interesses privados que privilegiam determinadas faculdades e desprestigiam outras, principalmente na área de humanas. Que seja rediscutida a execução orçamentária da USP.
79. Aumento imediato do repasse da quota-parte estadual do ICMS de 9,57% para 11,6% para as Universidades Estaduais Paulistas, garantindo 2,1% para o Centro Paula Souza e vinculação de 33% da arrecadação total para a educação pública. Portanto, é obrigação do DCE promover o debate referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e exigir um posicionamento concreto da UEE-SP a respeito.
80. O ME considera o ICMS um imposto socialmente injusto, que incide com mais peso na parcela mais pobre da população. Por este motivo e para a garantia de maior previsibilidade dos recursos, defendemos que o orçamento da universidade seja vinculado ao orçamento global do estado e não ao ICMS. Por uma reforma tributária que aumente a arrecadação do Estado por meio de impostos progressivos.
81. Fim da inclusão dos inativos no orçamento da Universidade, mantendo sua aposentadoria vinculada ao salário dos servidores ativos.
82. Criação de planos diretores para o direcionamento democrático dos recursos e o direcionamento dos investimentos da universidade nas suas unidades, a partir de mecanismos democráticos e participativos.
83. Pela responsabilidade e transparência na gestão do dinheiro público. Ampliação da fiscalização e punição à sonegação fiscal e à corrupção na universidade.

FUNDAÇÕES E CURSOS PAGOS

84. A Universidade de São Paulo, como instituição pública, mantida por toda a sociedade, deve oferecer cursos possíveis de serem cursados por todos os interessados, independente de sua renda (de acordo com o artigo 206 da constituição federal que estabelece o ensino gratuito em estabelecimentos públicos). Por isso, somos contra a existência de cursos pagos na universidade, que se utilizam de forma mercadológica do nome USP, e contra a cobrança de quaisquer taxas ou mensalidades dentro da USP, inclusive nos órgãos externos aos campi, como Estação Ciência e Museu Paulista.
85. Dado a atual existência de fundações privadas na universidade, e até mesmo a dependência de algumas unidades com relação a este financiamento, propomos:
 - a. Completa autonomia do conteúdo das pesquisas produzidas via regulamentação institucional;
 - b. Que os professores contratados pela USP no regime de dedicação integral não possam ter cargos nas fundações privadas;
 - c. Que os professores e funcionários da universidade ligados às fundações não possam exercer cargos deliberativos (colegiados ou administrativos) dentro da universidade.
86. Fim da flexibilização do regime de trabalho que permite que os docentes contratados pela universidade em regime de dedicação integral a docência e a pesquisa, utilizem parte da sua jornada de trabalho para prestação de serviços para fundações privadas, prejudicando assim seu desempenho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
87. Investigação das atividades das fundações e punição por uso indevido do dinheiro público por meio destas
88. Pelo fim das fundações e patentes privadas na universidade, dado que sua participação exige contrapartidas que ameaçam a autonomia universitária, influenciando as pesquisas e ensino acadêmicos de acordo com os seus interesses.

ESPAÇOS PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE SEGURANÇA

89. Defesa do direito ao uso do espaço público. Abrir os portões da USP nos finais de semana, incentivando a população a usar esse espaço como um parque público, que todos tenham acesso às bibliotecas e ao que a universidade tem a oferecer. Pela retirada de todas as catracas da USP que impedem o acesso da

população aos espaços e prédios da universidade. Contra o fechamento das portarias que dão acesso às comunidades localizadas no entorno dos campi.

90. Políticas de segurança elaboradas com a autonomia da comunidade USP, de forma a assumir a necessidade de garantir um espaço público aberto a todos, seguro e democraticamente acessível.
91. Que a guarda universitária seja gerida pela comunidade Universitária e atenda as suas demandas, atuando de acordo com a filosofia preventiva e não repressiva. Reivindicar que a guarda universitária seja incorporada ao quadro dos funcionários da USP, com total direito de sindicalização e greve.
92. Hoje há membros da guarda universitária que cumprem o papel de sujeito opressor dentro da universidade. É necessário inverter radicalmente essa lógica. A guarda universitária deve receber formação preventiva para cumprir o papel de combate às opressões (de gênero, cor de pele, identidade sexual e de classe).
93. Que a guarda universitária tenha uma formação preventiva, através do ensino dos direitos humanos para que não atuem de maneira autoritária e discriminatória.
94. Pela expulsão, após os devidos processos legais, dos membros da guarda universitária que atuarem como sujeitos opressores e repressores ou violadores dos direitos humanos.
95. Fora PM dos campi da USP.
96. Contra qualquer forma de cerceamento das liberdades das entidades estudantis e dos estudantes pela reitoria. Pela garantia de autonomia na gestão dos espaços estudantis. Contra a proibição de festas e bebidas alcoólicas.

CATEGORIAS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

97. Pela reposição automática de professores aposentados, demitidos e falecidos.
98. Que os trabalhadores terceirizados possam ser representados pelo SINTUSP, e que este não seja criminalizado por defender os direitos dos trabalhadores terceirizados. Pela incorporação imediata dos trabalhadores terceirizados ao quadro de funcionários da USP sem concurso público. Pela readmissão de Claudionor Brandão.

Resoluções - EIXO 3:

“MOVIMENTO ESTUDANTIL”

CONCEPÇÃO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL

1. Aliança do Movimento Estudantil com outros movimentos sociais do campo e da cidade (autonomia e independência), em defesa da educação pública e pela transformação social. Trazendo estes movimentos para dentro da universidade, por exemplo, através de cursos de graduação (Pedagogia da Terra) e da Semana de Movimento Sociais e realizando lutas conjuntas.
2. Pela autonomia do ME na sua dinâmica interna frente a quaisquer gestões governamentais, reitorias, partidos ou organizações.
3. O ME deve buscar construir uma política de financiamento autônoma, superando a dependência das verbas repassadas, direta ou indiretamente, pela universidade (por exemplo: contribuições voluntárias).
4. Criação de um fórum que contenha as entidades estudantis (DCEs) das três estaduais paulistas para propiciar uma comunicação maior e uma atuação mais unitária e coesa.
5. Reivindicar e defender a participação dos estudantes no Fórum das Seis.

FÓRUNS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA USP

6. Incentivar a realização de assembleias em diferentes locais, para promover maior participação.
7. Realizar assembleias gerais em diversos cursos e campi, e que estas tenham que ser marcadas em um local diferente da assembleia anterior. Que o CCA faça uma lista de locais possíveis, a ser complementada em assembleia geral, para a realização das mesmas.
8. Assembleias de campi antes das assembleias gerais. Que sejam promovidos debates sobre as pautas antecipadamente e que se garanta a representatividade dos campi do interior no fórum geral.
9. Que as assembleias definam no início, seu tempo de duração e de falas.
10. Se o DCE não estiver presente, que Centros Acadêmicos componham a mesa.
11. Elaborar uma cartilha sobre o funcionamento das assembleias, com explicação da sua dinâmica, linguagem, entre outros. Assim como, realizar apresentações sobre o papel das entidades.
12. Valorizar e legitimar os fóruns do ME como assembleias e CCA's e que estes sejam superiores a gestões. Caso essas desrespeitem as resoluções deve ser feito um debate aberto em relação ao tema.
13. Buscar outras formas de reivindicação além das greves, como a arte.
14. Realização mensal de CCA's, alternando o campus que vai sediá-lo.
15. Realização de ENCA's no mínimo anuais.
16. Recomenda-se que o voto do CA no CCA seja respaldado por mecanismos democráticos que garantam a representatividade dos estudantes do curso, de acordo com cada realidade.

ORGANIZAÇÃO, ESPAÇOS E COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO E ENTIDADES ESTUDANTIS

17. Que o DCE esteja presente em todos os campi da universidade através de subsedes.
18. Reuniões periódicas da diretoria do DCE nos diferentes campi.
19. Promover um maior debate sobre o regimento das eleições do DCE, tornando-o mais rigoroso.
20. Organização de CCA's por campi que possam debater e encaminhar sobre a política do DCE nestas localidades.
21. Reconhecemos que os representantes discentes têm o dever de participar dos colegiados. Que as pautas, as discussões e a participação dos representantes discentes seja publicada. Por uma maior integração dos RDs e do restante do movimento estudantil e que suas atuações estejam atreladas aos fóruns do mesmo. Consideramos a participação dos estudantes nos colegiados um instrumento de intervenção válido, apesar de lutarmos pela mudança da atual estrutura de poder. Constituição de um espaço de debate que reúna estes representantes.

22. Valorização das entidades de base (CA's). Que o DCE organize fóruns de debate, não deliberativos, como o EnCA, fortalecendo e incentivando também os centros acadêmicos a fazerem discussões em seus cursos, com pautas específicas e gerais.
23. Ampliar o movimento estudantil através de uma metodologia convidativa em todos os campi, inovando em sua linguagem com atividades como mostra cultural-histórica, filmes, palestras, eventos culturais e abordagem de acordo com a realidade dos estudantes. Organizar espaços permanentes com este intuito, estabelecendo como princípio a pluralidade de opiniões.
24. Desenvolver a comunicação virtual (boletins por e-mail, blogs, sites) e mecanismos de acompanhamento das resoluções dos fóruns do ME. Divulgar informações para esclarecer o que a mídia e a reitoria dizem sobre o movimento.
25. O DCE é responsável por publicizar e encaminhar as resoluções do congresso, buscando apoio em todos os cursos e demais setores da sociedade.
26. Pela criação de um jornal do DCE que contemple as diversas opiniões dos estudantes. Comissão editorial formada pelo DCE e pelos CA's.
27. Prezar pela pontualidade no ME.
28. Festas do DCE em conjunto com CA's.
29. Em defesa da autonomia sobre os espaços estudantis, pela independência financeira e política das entidades.
30. Desde a retomada do espaço do DCE em 2009, as discussões sobre o espaço de vivência do DCE ficaram praticamente paralisadas. É preciso retomar este debate, buscando principalmente estabelecer um diálogo com CA's, DA's e Grêmios da USP que também sofrem com o problema da utilização do espaço estudantil. No sentido de ampliar este debate a todos os cursos e entidades e de estabelecer um acúmulo e uma política comum de utilização destes espaços o X Congresso de Estudantes da USP considera que deve ser convocado um CCA soberano como principal fórum para debater e deliberar um plano de defesa e utilização dos espaços estudantis.

MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL

31. A importância de debatermos no X Congresso dos estudantes da USP o movimento estudantil nacional parte da necessidade de combatermos um projeto de sucateamento da educação pública de todo o país. As medidas implementadas pelo governo do estado são traduções das políticas educacionais do governo federal, que atuam em todas as universidades federais do país e também na USP. Por isso, para fortalecermos nossas reivindicações e nossas lutas e derrotarmos os governos e a reitoria, precisamos nos unificar com todos os estudantes do Brasil.
32. Que o DCE da USP reconheça a UNE e a UEE ainda mantêm grande influência sobre os universitários, especialmente das pagas, e por isso devemos intervir em seus fóruns. Trata-se de uma luta política programática, de combate ao governismo e a política de sua direção majoritária. Reconhecemos suas diversas limitações sustentadas, em grande parte, pela sua direção majoritária que burocratiza e impede o potencial de mobilização destas. É necessária a democratização das entidades, além da radicalização e politização de sua plataforma política, para que estas se coloquem, de fato, a serviço dos interesses do/as estudantes nas lutas reais e combativas.
33. Que o DCE da USP participe e fomenta espaços e iniciativas de unidade na luta contra a mercantilização da educação presente em projetos dos governos federal e estadual, em âmbito nacional, a exemplo da Frente de Luta contra a Reforma Universitária.
34. Que o DCE estabeleça e consolide as relações com as executivas de curso, especialmente as já presentes na USP, como forma de aumentar a articulação com estes setores e aprofundar o acúmulo político em diversos pontos específicos como a questão agrária, ambiental, cultural, saúde e esporte.

QUESTÕES ESTATUTÁRIAS

35. Deixar mais claro no Estatuto do DCE que o CCA é o fórum que organiza as eleições, superior às assembleias nesse assunto. Seguem, em negrito, as alterações estatutárias referentes a esta resolução:

Artigo 15 - Compete à Assembléia Geral Universitária:

a) Reconhecer os seus respectivos membros;

b) *Discutir e votar as propostas apresentadas;*

Parágrafo único: no que se refere às eleições da diretoria do Diretório Central dos Estudantes Livre “Alexandre Vannuchi Leme”, compete ao CCA, e não à Assembléia Geral Universitária, suas deliberações, como constante no Art. 19.

Artigo 19º - Compete ao CCA:

a) *Encaminhar conjuntamente com a diretoria as deliberações do Congresso dos Estudantes da USP e da Assembléia Geral Universitária;*

b) *Deliberar acerca de teses, moções e propostas, desde que não conflitantes com as deliberações do Congresso e da Assembléia Geral Universitária;*

c) **Privativamente (privativo ao CCA)**, *convocar as eleições, aprovar o Regimento Eleitoral, analisar e julgar recursos do pleito eleitoral e dar posse à chapa eleita para a diretoria do Diretório Central dos Estudantes Livre “Alexandre Vannuchi Leme”;*

d) *Convocar a Assembléia Geral Universitária.*

e) *Reconhecer as deliberações do Conselho de Assistência Estudantil*

36. O quórum das assembleias gerais será de 375 estudantes na sua aferição inicial. Caso não seja atingido tal quorum, esta não será reconhecida como assembleia geral dos estudantes, mas como fórum indicativo aos cursos e campi.

37. Caso não haja 50% + 1 do quorum inicial no momento das deliberações, a assembleia será indicativa e não deliberativa.

38. Que assembleias gerais ordinárias aconteçam no mínimo bimestralmente.

39. As assembleias gerais ordinárias precisam ser convocadas com duas semanas de antecedência.

40. Adequação do estatuto do DCE ao novo código civil.

PLANO DE LUTAS

41. O movimento estudantil é um movimento social que luta prioritariamente em defesa da educação pública, mas também luta por uma sociedade mais igualitária e justa. Ele deve ser democrático em suas instâncias, representativo da enorme diversidade de estudantes, amplo, organizado, combativo e ousado nas suas propostas. O DCE Livre da USP “Alexandre Vannuchi Leme” é a principal entidade representativa dos estudantes da USP. É tarefa do movimento estudantil se somar às iniciativas de movimento social, organizar os estudantes e estimular a sociedade a lutar por seus direitos. Por isso, no ano de 2010 precisamos dar continuidade à luta em defesa da universidade pública que se expressa através de uma campanha no seguinte calendário de lutas:

a) **09 de junho de 2010: um ano após a entrada da PM na USP:** *realização de um ato organizado por estudantes, funcionários e docentes um ano após a entrada da PM no campus Butantã, para que isto nunca mais se repita!*

b) **Semana sobre Licenciaturas e ensino a distância:** *para aprofundarmos o debate e as nossas formulações acerca do ensino a distância, da UNIVESP e da formação de professores.*

c) **Organização entre a comunidade universitária de um plebiscito sobre a UNIVESP.**

d) **Pauta de Reivindicações sobre Permanência Estudantil:**

1. *A Permanência Estudantil não é um privilégio de alguns estudantes, mas uma ferramenta de garantia do direito democrático ao ensino superior gratuito. Promovendo, portanto, o acesso e a permanência a todos os estudantes.*

2. *Por uma política ampla de garantia de permanência na universidade que assegure a todos os estudantes plenas condições para sua formação. Pela criação de um colegiado com dotação orçamentária própria, incluída no orçamento da universidade.*

3. *Criação de uma comissão que estude a fundo as deficiências da assistência estudantil e as divulguem a fim de chamar a atenção da universidade para essa questão.*

4. *Vinculação de verbas nas 3 universidades estaduais destinada à manutenção e ampliação da estrutura de permanência estudantil = parcela fixa para permanência estudantil / fundo para permanência.*

5. *A administração dos órgãos, comissões ou quaisquer mecanismos criados para gerir a permanência devem ser paritários.*

6. *Desatrelamento do critério acadêmico para as políticas de permanência estudantil.*

7. *As bolsas de permanência não devem ter contrapartida de trabalho.*

8. *Entrega imediata dos blocos de moradia conquistados em 2007 com a ocupação da Reitoria (3 blocos em Ribeirão Preto, 2 em São Paulo e 1 em São Carlos).*

9. *Mudança do atual prédio da Reitoria para moradia estudantil.*
10. *Ampliação da moradia em todos os campi – construção de novas moradias a fim de atender a demanda.*
11. *Em casos de emergência, aluguel de imóveis próximos à universidade para servirem de moradia com a verba do auxílio-moradia.*
12. *Reforma dos blocos do CRUSP.*
13. *Substituição do auxílio moradia por vagas em moradia, considerando a transição do auxílio com o atendimento da demanda por moradia.*
14. *Plano de moradia para Lorena e EACH (considerando a distância dos campi para a cidade).*
15. *Prazo para entrega do bandeirão de Lorena: julho de 2010.*
16. *Transporte circular do campus 2 para o campus 1 de Lorena, nos horários de funcionamento do bandeirão.*
17. *Transporte circular dos campi 1 e 2 de Lorena para o centro da cidade (“predição”).*
18. *Plano de saúde da USP para Lorena (caráter transitório → UBAS).*
19. *Manutenção da autonomia dos estudantes na gestão da moradia em São Carlos.*
20. *A administração dos órgãos, comissões ou quaisquer mecanismos criados para gerir as moradias deve ser paritária, incluindo o processo de seleção*
21. *Autonomia estudantil sobre os espaços físicos das moradias.*
22. *Bolsas de estudo atreladas ao salário mínimo.*
23. *Ampliação dos direitos dos estudantes de EAP.*
24. *Adequação do nº e funcionamento dos RUs à demanda real (estudar a necessidade de café da manhã e demais refeições aos finais de semana e feriados em todos os campi).*
25. *Ampliação dos horários de funcionamentos das bibliotecas (atendimento aos estudantes do período noturno).*
26. *Ampliação das creches.*

- e) **Lei da Anistia:** No 2º semestre, o Brasil será julgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA por não ter punido os torturadores e assassinos militares do regime ditatorial de 64-85. Isso porque a Lei de Anistia os perdoa, apesar de crimes de lesa-humanidade não possuírem a prerrogativa deste perdão. O ME da USP deve trazer este debate à tona na universidade, defendendo a punição dos criminosos da ditadura brasileira.
- f) **Consumo de bebidas alcoólicas nos campi da USP:** Recentemente houve uma nova investida contra a realização de festas na USP. Do ponto de vista da reitoria, e de seus interlocutores nas unidades, esta investida se justificaria para combater o consumo de bebidas alcoólicas dentro da universidade. Salientamos a importância da utilização do espaço público da universidade também para as festas dos estudantes. As confraternizações estudantis são de suma importância para a realização da vivência universitária. Além disso, a realização de festas com venda de bebidas permite que as entidades estudantis tenham um fundo de financiamento. Mediante a isso decidimos pela elaboração de uma **“Política estudantil para realização de festas na USP”**, a ser debatida e elaborada pelas entidades representativas dos estudantes.
- g) **Audiência pública sobre cotas:** O INCLUSP aumentou em 5% os alunos de Escola pública na USP, ou seja, cerca de 2700 alunos. Num universo de 140 mil candidatos ao vestibular, é um número irrisório. Visando aprofundar o debate entre os estudantes sobre a necessidade de verdadeiras políticas afirmativas, como as cotas, dentro da USP propomos a realização de uma audiência pública entre estudantes, reitoria e movimentos sociais que travam este debate.
- h) **Seminário sobre financiamento e fundações privadas:** o debate sobre o financiamento da universidade e o papel que as fundações privadas exercem na USP esteve esquecido no último período. Com o intuito de retomar e atualizar está discussão propomos um seminário sobre este tema, no segundo semestre.
- i) **Construção de uma Semana de Movimentos Sociais.**
- j) **Organização de um fundo de greve em solidariedade aos trabalhadores.**
- k) **Incorporação aos piquetes da atual greve organizada pelos trabalhadores da USP.**
- l) **Que o ME impulsione o abaixo assinado contra o corte do ponto dos trabalhadores e em defesa do direito de greve.**
- m) **Incorporação ao Festival organizado pelo Sintusp em defesa do direito de greve.**
42. Os delegados do 10º Congresso dos Estudantes da USP vêm, por meio desta, repudiar a deliberação da última reunião do COG a respeito da possibilidade de submissão de eventuais modificações na grade curricular sem qualquer proteção àqueles que já estão com a graduação em andamento. Entendemos

que tal medida é prejudicial aos estudantes da universidade e lamentamos que a pró-reitoria de graduação tenha negligenciado as críticas apresentadas pela representação discente. Nessas circunstâncias, colocamos a importância de se discutir no COG, por meio da criação de um grupo de trabalho, uma regulamentação que estipule os critérios do processo da criação e implementação de novas estruturas curriculares para proteger os estudantes de possíveis arbitrariedades.

Resoluções e Acúmulos:

“TEMAS TRANSVERSAIS”

Resoluções aprovadas

OPRESSÕES

1. Que o DCE organize encontros para debater profundamente as opressões, ajudando a politizar o movimento estudantil e que centre sua prioridade na formação política (seminários e simpósios), com caráter propositivo. Que seja organizado anualmente Encontro de Mulheres estudantes da USP, Encontro de Diversidade Sexual da USP, Encontro de Negras e negros da USP.
2. Fortalecer no M. E. a auto organização das mulheres como os coletivos das Universidades.
3. Pela garantia ao direito licença maternidade e paternidade nas bolsas de pesquisas tanto da USP quanto das agências de fomento.
4. Cobrar da Reitoria ações concretas no combate à homofobia, ao racismo e ao machismo, responsabilizando-a por todas as discriminações que ocorrerem dentro da USP e/ou envolvendo estudantes desta universidade.
5. Campanha contra o machismo e a reificação da mulher em cartazes de festas.
6. Organizar MATERIALMENTE a participação dos e das estudantes da USP – capital e interior – nos Encontros Nacionais de diversidade Sexual – ENUDS – os quais são realizados anualmente.

Acúmulo referente aos temas transversais

OPRESSÕES

1. Que o M.E., em especial o DCE, garanta nos encontros estudantis e atividades de formação política por ele promovidos GD's que discutam em separado a opressão das mulheres, a opressão étnico-racial e a opressão em razão da identidade e orientação sexual com vistas a aprofundar a compreensão da dinâmica de cada uma dessas opressões, bem como fortalecer a luta auto-organizada desses grupos oprimidos.
2. Que o ME da USP tenha resolução contrária às práticas machistas, especialmente no setor da saúde contra mulheres, negras e negros e LGBT, a exemplo da episiotomia (corte na vagina) em partos normais.
3. Que o M. E. da USP pautar demandas concretas do movimento de mulheres como a defesa da legalização do aborto e de creches para filh@ds de estudantes, como forma de unificar o trabalho de base. Este proporciona o M. E. a formação política necessária para dar um salto na compreensão de que as lutas das mulheres são também da classe trabalhadora.
4. Que o ME da USP e suas entidades, em especial o DCE, participe e construa a Frente Nacional em defesa da legalização do aborto que hoje é o espaço mais amplo e plural do movimento feminista nacional.
5. Pela legalização do aborto e contra todas as iniciativas conservadoras que vão contra essa luta, como: a CPI do aborto, o estatuto do nascituro, a mudança do texto do 3º plano nacional dos Direitos Humanos (PNDH 3) e a “bolsa estupro”.

DIREITOS HUMANOS E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1. Os estudantes reunidos no X Congresso reivindicam a versão original do PNDH-3. O movimento estudantil da USP reivindica a punição dos torturadores no regime civil militar (1964-85), a anistia irrestrita aos presos e torturados políticos e a abertura irrestrita dos arquivos referentes a tal período. Pelo direito à memória e à verdade e pela transparência pública em relação ao passado histórico do país.

2. O ME da USP deve trazer o debate sobre a lei de anistia que perdoa os torturadores e assassinos militares da ditadura, para que eles não passem impunes mais uma vez. Pelo acesso à informação e pelo direito à memória.
3. Ensino de direitos humanos para policiais e soldados (universitários, militares e civis).
4. Que o movimento estudantil repudie, em conjunto com os demais movimentos, atos que criminalizem os movimentos sociais. Apoio à fusão da Intersindical com a Conlutas como potencial ferramenta contra essa criminalização.
5. Organização de uma atividade com os movimentos sociais (MST, MTST, Flasko, etc.) sobre a criminalização.
6. Que o movimento estudantil se posicione abertamente contra qualquer violação de direitos, em especial com relação aos ataques feitos aos movimentos sociais que atuam na USP, como a ameaça ao direito de greve dos trabalhadores da USP.
7. Pela imediata reintegração de Claudionor Brandão, funcionário demitido por motivações políticas.
8. Que o ME se posicione contra a vigilância e a perseguição política da COSEAS e atue na reivindicação da autonomia dos estudantes na administração da moradia da USP e da concessão de bolsas de caráter sócio-econômico.
9. Pelo direito de se organizar e fazer movimento, contra a proibição da venda de bebidas nos campi. Em defesa dessa fonte de autofinanciamento para assegurar a autonomia das entidades, por uma política estudantil para a realização de festas na USP.
10. Que a reitoria publique as atas e as pautas dos conselhos deliberativos no site da USP. Pelo direito à informação pública previsto na Constituição.
11. Repúdio a atos que, nos espaços estudantis, venham a ferir o direito humano à liberdade de expressão, como por exemplo a realização de "bingos" em assembleias, a retirada de faixas, declarações ofensivas, etc.
12. Pelo apoio à mídia comunitária, pela não criminalização dos comunicadores e pelo repúdio ao confisco de seus equipamentos de forma arbitrária.

CULTURA E COMUNICAÇÃO

1. Contra a propriedade intelectual e cultural.
2. Apoio às atividades que apóiam a democratização dos meios de comunicação e ampliem o acesso à cultura e ao conhecimento.
3. Apoio à produção cultural pelos estudantes.
4. Fim da "Lei Rouanet"; 2% do orçamento da união para a cultura.

Cultura na Universidade e no Movimento Estudantil

5. São tarefas culturais dos CA's, DCE e do movimento estudantil contribuir com o resgate histórico cultural das lutas e da história do povo brasileiro, assim como trabalhar cotidianamente para desnaturalizar a ideologia dominante.
6. Pautar dentro do ME, de seus fóruns e entidades a importância do papel da cultura na construção de uma cultura política e/ou politizadora sem meramente instrumentalizar este papel.
7. Criação de um fórum permanente de cultura no ME da USP.
8. Criação de um circuito cultural dos estudantes da USP, permitindo o intercâmbio destas ações, fomentando-as em toda a USP.
9. Que se organize anualmente um Festival de Teatro Universitário.
10. Que se organize um concurso e/ou festival, sarau, debate onde se estimule a produção de arte contra a cultura hegemônica.
11. Que a entrada de festivais e saraus proporcionados pelo DCE seja um quilo de alimento não perecível e que o arrecadado seja destinado aos movimentos sociais.
12. Levantamento das ações culturais, produtores e organizadores desse tipo de ação e espaços físicos para a realização de atividades culturais, ligados diretamente a USP ou a entidades e grupos estudantis.

Criação de um canal para a divulgação destas informações para ampla divulgação interna e externamente à USP.

13. Deve ser buscada a utilização do espaço da USP para a realização de festivais com o intuito de integrar os alunos da USP - também trazer a sociedade para cá. Para isso o DCE deve, por exemplo, promover festivais periódicos de teatro, música e poesia.
14. Que os espaços internos da USP, como os museus, permitam a utilização do espaço por estudantes, trabalhadores e comunidade para a criação e produção de projetos culturais ou encontros sociais esporádicos. Democratizar estes espaços e seu acesso.
15. Gestão paritária nos meios de comunicação universitária, entendo-os como veículos públicos de comunicação que devem estar à serviço da sociedade e permitir o contato entre a sociedade e a universidade. Que haja transparência na movimentação de verbas destes meios.
16. Que as entidades sindicais e estudantis tenham acesso aos e-mails institucionais da comunidade universitária que representam.
17. Exigir da reitoria que 1 página do Jornal da USP seja destinada ao DCE Livre da USP, 1 página para o SINTUSP e 1 página para a ADUSP
18. Exigir da reitoria um horário semanal para o DCE, ADUSP e SINTUSP na Rádio USP e na TV USP
19. Exigir a possibilidade de usarmos da infraestrutura da UNIVESP (tais como os estúdios de gravação) para que possamos produzir, expor e incentivar a cultura dos artistas que não tem a possibilidade de expor e/ou produzir o seu trabalho na grande mídia
20. Que seja colocado o financiamento a projetos culturais, por parte da Universidade, como pauta essencial e referente a permanência e políticas de acesso da USP.
21. Retomada dos espaços de convivência subtraído das unidades das faculdades (Porão do CEUPES; Centro de Vivência da ESALQ) e criação de espaços de convivência nas Faculdades onde esses não existem (Prédio da Letras), considerando sempre a autonomia de cada curso, unidade e entidade.
22. Fim do Jornal "Na Boca do CRUSP" que é gerido pela COSEAS e fomenta ataques políticos e morais aos estudantes moradores do CRUSP.

Cultura e Esporte

23. Entender que o movimento estudantil tem a possibilidade de trabalhar e dialogar com as atividades culturais cotidianas dos estudantes. Dentre elas temos o esporte, onde é necessário uma nova prática com valores que não sejam os vistos atualmente: competitividade, exclusão, especialização e produtividade. Essa nova prática necessita ser construída, seja em conjunto com as Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's) ou através da mudança das políticas existentes para essa prática na USP. E essa construção deve ir de encontro com o projeto de universidade e concepção de organização estudantil pautada neste congresso.
24. Pede-se à reitoria um melhor esclarecimento sobre as corridas que ocorrem na USP e a regularização ou proibição dos treinos pagos realizados dentro do campus, dado que isso se trata de uma prática ilegal segundo o estatuto da USP.

Comunicação

25. Criar um núcleo permanente de comunicação e produção editorial do movimento estudantil, com objetivo de pautar as mídias (grande e alternativa) e levar para fora dos muros as nossas demandas. Usar esse núcleo também para projetos experimentais em comunicação. A infraestrutura do núcleo deverá ser instalada em algum espaço dentro da sede do DCE.
26. Defesa das iniciativas de comunicação livre, como rádios livres, zines, e em especial àqueles ligados aos estudantes.
27. Defesa da participação social na definição de políticas públicas para a comunicação e para a cultura.

MEIO AMBIENTE E QUESTÃO AGRÁRIA

1. Articulação de um fórum/rede de meio ambiente dos Estudantes da USP, que reúna os estudantes, CA's, DCE e outros grupos para o aprofundamento do debate e fortalecimento das ações realizadas.

2. Que o Movimento Estudantil apóie e lute em conjunto com os Movimentos Sociais que aspiram a ampliação e concretização da Reforma Agrária.
3. Em defesa da aliança operário-camponesa.
4. Todo apoio às ocupações de terra pelos movimentos camponeses.
5. Contra o processo de desnacionalização das terras.
6. Contra o projeto do agronegócio, com debates, articulação e organização em torno dessa luta.
7. Incentivos e destaques para projetos de extensão que vão ao encontro da aplicação do ensino e da pesquisa na universidade em assentamentos e produções familiares dos sem-terra.

SAÚDE

1. Pelo fim da mercantização e da privatização da saúde: pelo fim dos planos e seguros de saúde; pelo fim de clínicas, hospitais e laboratórios privados, que tratam a saúde humana como mercadoria. Pela sua estatização e incorporação ao SUS.
2. Contra as OS's e Fundações Estatais de Direito Privado e pela revogação de todos contratos destas com os governos.
3. Contra o Ato Médico
4. Por um sistema completamente público, socialmente referenciado, para todas e todos, com qualidade. Para isso, defendemos o mínimo de 6% do PIB para a saúde, sem desvinculação de receitas.
5. Os alunos não devem exigir atenção prioritária e gratuita para a comunidade acadêmica, e sim que o SUS funcione de maneira efetiva para toda a população local.
6. Ampliação do debate de modelos de Gestão em Saúde – Privatização
7. Estimular o debate de como garantir o acesso à saúde da população camponesa que não tem condições de se locomover até os hospitais nas cidades.
8. Por um serviço público e gratuito de atendimento à saúde mental, para os e as estudantes, professoras/es e funcionárias e funcionários.
9. Construção de uma UBS no campus de Lorena. Que se faça um levantamento da demanda por atendimento à saúde nesse campus para investigar a necessidade do atendimento imediato.
10. Inserção nas grades curriculares do tema da determinação social do processo saúde-doença.
11. Fortalecer o núcleo de saúde da USP. que ele se reúna quinzenalmente em todos os campi, que compartilhe as relatorias dos encontros com todos os membros. O encontro entre os campi deve acontecer e a prioridade é que coincida as datas com fóruns maiores do ME (como CCA's). Além disso, que atue para dentro e para fora da USP, com articulação com outros movimentos (como o Fórum Popular de Saúde).
12. Construção de uma semana de saúde na USP, por meio do Núcleo de saúde da capital, agregando os CA's dos campi do interior. Que esta semana tenha o caráter de debater mais profundamente a pauta de saúde e organizar o ME de saúde na USP.

Moções

MOÇÃO DE APOIO AO PLC 122/06, QUE TRATA DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

O X Congresso dos Estudantes da USP, reunidos em Plenária no dia 30 de maio de 2010, na Cidade Universitária – Campus Butantã, manifesta seu apoio ao Projeto de Lei 122/06 que trata da criminalização da homofobia, o qual, atualmente, tramita nas Comissões do Senado. Atualmente, no Brasil, convivemos com constantes práticas de intolerância e violência contra a população LGBT, as quais têm resultado em quase duzentas mortes por ano.

Entendendo que o direito à vida é uma premissa fundamental e, portanto, deve ser defendida e garantida pelo Estado, e que a liberdade individual que não viole os Direitos Humanos e o direito à livre manifestação das diversas orientações sexuais e identidade de gênero são direitos garantidos na Constituição, este Congresso manifesta seu apoio ao projeto por entender que o Estado deve coibir a prática de violências contra LGBT constante no Brasil.

Compreendemos também que a realidade homofóbica no Brasil não atinge somente a população LGBT, mas tem resultados violentos à toda sociedade brasileira que certamente causam danos incalculáveis à nação. Por isso, entendemos a necessidade de intervenção do Estado por meio de uma lei que coíba todas as formas que incitem e pratiquem a violência contra a população LGBT.

MOÇÃO RELATIVA AO ESPAÇO FÍSICO DA ECA

Em decorrência da proposta de Rodas de construção de uma Nova ECA, reivindicamos que qualquer alteração na estrutura física Escola de Comunicações e Artes da USP só ocorra se for aprovada por comissão paritária.

MOÇÃO DE APOIO À RÁDIO LIVRE DO CAMPUS DE SÃO CARLOS

O 10º Congresso de Estudantes da USP, fórum máximo do DCE e do Movimento Estudantil da USP, se posiciona a favor da liberdade de rádio-difusão e contrário à repressão às Rádios Livres, se solidarizando à Rádio Alternativa, emissora livre dos estudantes de São Carlos, e exigindo que a Coordenadoria do Campus cesse com suas práticas repressoras e criminalizantes em relação à Rádio Alternativa.

MOÇÃO DE APOIO À MORADIA ESTUDANTIL DO CAMPUS DE SÃO CARLOS

O 10º Congresso dos Estudantes da USP, fórum máximo do movimento estudantil da universidade, reunido em sua plenária final no dia 30 de maio de 2010, declara apoio à mobilização dos estudantes do Alojamento Estudantil da USP São Carlos na defesa de seu processo seletivo e contra a decisão arbitrária e autoritária da Coordenadoria do Campus de São Carlos (CCSC) de deslegitimá-lo, bem como seu repúdio à postura da CCSC de tentativa de imposição do processo seletivo realizado pela COSEAS, de não negociação com os estudantes e de ataque à ocupação pacífica de suas dependências realizada pelos estudantes em luta.



www.dceusp.org.br

dce@dceusp.org.br